ISSN: 2358-8829

COLONIALISMO DE ASSENTAMENTO E PERMANÊNCIA ESTRUTURAL NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA (1948 - 2014)

Ikaru Jeno Costa de Freitas [1]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho[2] propõe discutir como o colonialismo de assentamento vai se estruturando e preservando seus alicerces ao longo do tempo, desde 1948 até 2014, isto é, as continuidades da estrutura colonial na Palestina. O estudo não tem como proposta fazer uma revisão de toda história do conflito, mas sim enxergar a guerra por essa lente colonial, investigando os processos históricos que tanto precedem a data fundacional do conflito, quanto os pós acontecimentos do século XX, reorganizados e conservados no século XXI.

Diante desse problema, o objetivo geral deste trabalho é analisar o conflito Israel-Palestina à luz do conceito de colonialismo de assentamento, identificando tanto sua formação histórica quanto suas continuidades estruturais até 2014. Como objetivos específicos, busca-se: (1) caracterizar o conceito de colonialismo de assentamento a partir da obra de Patrick Wolfe (2006), estabelecendo as bases para a compreensão do conflito como uma estrutura de longa duração; (2) identificar as continuidades estruturais do projeto colonial sionista a partir dos marcos históricos de 1948, 1967 e 1982; e (3) discutir o papel das narrativas e das estruturas legais na legitimação e manutenção da ocupação territorial até o início do século XXI.

Para isso, a pesquisa toma como base teórica, além das contribuições do conceito desenvolvido por Wolfe, o diálogo com o teórico literário Edward Said (2012) e os historiadores Ilan Pappe (2025) e Rashid Khalidi (2024). Cada teórico oferece um ângulo diferente, mas necessário à análise: Said contribui para o campo narrativo e das

[1] Graduado do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ikaru.freitas@gmail.com;

[2] A pesquisa é uma versão adaptada e condensada do meu Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 2026 no curso de História da UEPB, da mesma autoria e título, orientado pelo Prof. Dr. Rafael Nóbrega Araújo.

representações; Khalidi, para o aprofundamento histórico-político; e Pappe, para a reconstrução histórica.

Metodologicamente, a pesquisa é de natureza qualitativa e foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. O corpus é composto pelas obras dos teóricos já citados, analisadas por meio de fichamento temático, no qual se buscou identificar recorrências conceituais e práticas comuns aos autores. Do cruzamento das leituras, elaborou-se uma ferramenta analítica própria – os sete pilares do colonialismo de assentamento – utilizada como ferramenta interpretativa para tornar visíveis as continuidades estruturais do conflito ao longo do recorte.

A análise confirmou que o conflito não se reduz a uma sucessão de eventos isolados, mas se constitui como uma estrutura colonial contínua, cujos mecanismos se reorganizam e persistem ao longo do tempo. Os resultados evidenciaram que os sete pilares operam de forma articulada desde 1948, reconfigurando-se em cada marco histórico discutido – a Nakba, a ocupação de 1967 e a expansão colonial até 2014 – sem que a lógica da eliminação seja interrompida. Além do mais, constatou-se que as narrativas e as estruturas legais não são meros acessórios do projeto colonial, mas condições de possibilidade da permanência estrutural do projeto colonial, ao legitimar no plano simbólico e jurídico, a expropriação e o controle territorial sobre a população palestina.

Portanto, esta pesquisa se justifica pela necessidade da historiografia atentar para processos coloniais que atravessam o século XX e chegam ao tempo presente, recusando a ideia de que a colonização pertence a um passado encerrado. Ao interpretar o conflito Israel-Palestina como colonialismo de assentamento, o trabalho questiona as leituras que o reduzem a um embate simétrico entre dois nacionalismos, mostrando que há, de um lado, um projeto colonial sustentado por potências ocidentais e, de outro, uma população nativa que resiste à sua eliminação. O que se pretende demonstrar é que a continuidade dessa guerra não decorre de acasos ou sucessivas crises diplomáticas, mas de uma estrutura colonial que se mantém operante porque jamais foi desmontada.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia do trabalho é qualitativa e foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, procedimento realizado para compreender processos históricos de longa

duração e identificar estruturas que se reorganizam ao longo do tempo. O recorte temporal adotado foi de 1948 a 2014, delimitado a partir da bibliografia, tomando como marcos eventos tanto fundacionais como 1948 (Nakba), quanto momentos de reconfiguração da estrutura colonial, a exemplo de 1967 a 1982 (consolidação e expansão colonial) e 1993 -2014 (materialização da estrutura pela ocupação).

O corpus da pesquisa é composto por quatro obras centrais: *Settler Colonialism and the Elimination of the Native*, de Patrick Wolfe (2006), que fornece o conceito que orienta o estudo; *A questão da Palestina*, de Edward Said (2012), que dá base a análise das narrativas e das representações; *Palestina: um século de guerra e resistência (1917 - 2017)*, de Rashid Khalidi (2024) e *Brevíssima história do conflito Israel-Palestina*, de Ilan Pappe (2025), ambos concedendo a reconstrução histórica e política do conflito, permitindo visualizar os padrões estruturais. Como complemento, somam-se leituras como de Achille Mbembe (2018), para a discussão sobre necropolítica.

O procedimento de análise adotado foi o fichamento temático. Durante a leitura das obras, foram registradas e destacadas por cores, recorrências conceituais, práticas e interpretações comuns aos diferentes autores. Esse processo comparativo e cumulativo permitiu identificar padrões que se repetiam na bibliografia, ainda que formulados com vocabulários distintos. A partir desse cruzamento, desenvolveu-se uma ferramenta analítica própria, denominada os sete pilares, sendo elas: (1) lógica da eliminação; (2) transferência populacional; (3) apropriação e expropriação de recursos; (4) estruturas legais; (5) construção narrativa; (6) dimensão geopolítica internacional; e por fim (7) mobilização palestina.

É importante informar que esses pilares não constituem uma tipologia prévia formulada pelos autores estudados, mas um instrumento interpretativo construído ao longo da pesquisa, com a finalidade de tornar visíveis as dinâmicas estruturais do conflito e suas continuidades ao longo do recorte. Portanto, a análise não buscou esgotar a história da guerra, mas identificar como esses pilares se articulam e reconfiguram em diferentes momentos históricos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de colonialismo de assentamento, formulado por Patrick Wolfe (2006), constitui o eixo teórico que orienta esta pesquisa. Para o autor, a colonização de

assentamento não deve ser compreendida como um evento pontual, mas como uma estrutura que se organiza em torno de uma lógica própria: a eliminação do nativo. Essa eliminação não se restringe ao extermínio físico, mas envolve a destruição das condições de reprodução da sociedade originária, isto é, suas formas de organização, sua relação com a terra e sua própria possibilidade de existência coletiva.

O assentamento, portanto, não é apenas a ocupação de um território, mas a instauração de uma estrutura que busca substituir uma população por outra. A contribuição central de Wolfe está em deslocar a análise do plano dos eventos isolados para o das estruturas de longa duração, permitindo compreender como práticas coloniais se reorganizam e persistem mesmo quando mudam as conjunturas históricas.

Se Wolfe apresenta a estrutura, Edward Said (2007; 2012) fornece a chave para compreender a dimensão narrativa e simbólica dessa estrutura. Em *Orientalismo*, Said demonstra como o Ocidente construiu uma representação do Oriente (o *Outro)* como espaço do atraso e da irracionalidade, legitimando a dominação imperial. Em *A questão da Palestina*, essa análise é deslocada para o caso específico do sionismo que, segundo o autor, operou por meio de uma "política dos detalhes": o estudo minucioso do território, da população e da economia palestina pemritiu ao movimento sionista planejar a expropriação e, ao mesmo tempo, construir uma representação do palestino como obstáculo ao progresso.

Said define a luta entre palestinos e sionistas como um confronto entre uma presença e uma interpretação, no qual a primeira é frequentemente subjugada pela segunda. Nesse sentido, as narrativas não são acessórios discursivos, são a condição de possibilidade da própria violência, a desumanização. Tal desumanização é possível porque o discurso propagado pelo sionismo se encontra e se alia ao discurso ocidental sobre as populações árabes quanto às representações, deixando clara a relação existente no que Said denomina por pacto colonial, a "comunhão de linguagem e ideologia" (SAID, 2012, p. 26).

A dimensão histórica e material da estrutura colonial é oferecida pelas obras de Rashid Khalidi e Ilan Pappe (2025). Khalidi periodiza a história palestina moderna como uma sucessão de "declarações de guerra" contra os palestinos, como cada marco histórico reconfigurou, sem interromper a lógica colonial. Por sua vez, Pappe fornece a reconstrução histórica que permite visualizar os padrões estruturais de longa duração, com destaque para o conceito de *Al-nakba al-Mustamirra* – a Nakba contínua – que

compreende a limpeza étnica não como um evento encerrado em 1948, mas como um processo ininterrupto que assume novas formas ao longo do tempo. A articulação entre os dois autores permite compreender que a estrutura colonial não se mantém apenas pela força, mas também pela produção de narrativas que a legitimam e pela criação de instituições que a normalizam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A fundação da estrutura: 1948 e a articulação dos pilares

A análise dos processos históricos revela que a Nakba de 1948 não pode ser compreendida como um episódio isolado de violência mas como a materialização inaugural dos pilares que sustentam o colonialismo de assentamento. Os dados sistematizados por Khalidi (2024) e Pappe (2025) demonstram que a lógica da eliminação, a transferência populacional e a apropriação de recursos operam de forma articulada e planejada e não como consequência acidental de um conflito bélico.

O primeiro dado que evidencia essa articulação é o planejamento minucioso que precedeu a expulsão. Desde 1940, unidades de inteligência da Haganah[3] construíam relatórios detalhados sobre cada aldeia palestina, registrando informações sobre a economia local, as relações internas da população, a orientação política dos residentes e até a contagem de árvores frutíferas (PAPPE, 2025, p. 78). Esse levantamento não tinha função militar imediata; sua finalidade era permitir a apropriação futura dos recursos e a eliminação da presença nativa. A "política dos detalhes" descrita por Said (2012) encontra aqui sua expressão mais concreta: o território foi estudado antes de ser tomado e a população foi catalogada antes de ser expulsa.

A execução desse planejamento se deu por meio do Plano Dalet que objetivava "remover o maior número possível de palestinos" (PAPPE, 2025, p. 77) e efetivar a "conquista e despovoamento" da terra (KHALIDI, 2024, p. 102). Os números são desastrosos: antes mesmo da criação do estado de Israel em 15 de maio de 1948, cidades como Tiberíades (18 de abril), Haifa (23 de abril), Safad (10 de maio) e Beisan (11 de

[3] Haganah é uma organização paramilitar sionista criada no inicio do século XX durante o Mandato Britanico da Palestina.

maio) já haviam sido esvaziadas de sua população árabe. Jaffa, designada ao Estado palestino pela partilha de 1947, perdeu cerca de 60 mil habitantes. Ao final de 1948, aproximadamente 720 mil palestinos haviam se tornado refugiados, o que correspondia a mais da metade da população árabe do território.

Contudo, a transferência populacional não se limitou à expulsão física. O pilar da apropriação de recursos se manifestou na incorporação imediata das terras, dos equipamentos públivos e da infraestrutura deixados pelos bitânicos – rádio, correio, ferrovia, bancos, transporte público e espaço aéreo – ao projeto sionista. Mais do que isso, a eliminação da presença palestina envolveu a destruição das condições de reprodução da sociedade nativa: aldeias foram demolidas, casas foram derrubadas para impedir retorno e ainda, sobre as ruínas, foram plantados pinheiros importados da Europa (PAPPE, 2025, p. 81) simbolizando a substituição de uma paisagem por outra.

Essa eliminação, no entanto, não encontrou um povo passivo. A mobilização palestina é tão antiga quanto o próprio projeto sionista: desde a década de 1920, associações mulçumano-cristãs se opunham à Declaração Balfour; em 1936, uma greve geral de seis meses se transformou em levante armado contra o Mandato Britânico e a imigração sionistas; e em 1947, os palestinos boicotaram as negociações da ONU que resultaram na partilha. A Nakba não foi silenciosa, foi uma derrota em uma disputa profundamente assimétrica, na qual um lado tinha colonizadores apoiados internacionalmente e militarmente e, no outro lado, nativos que resistiam com os recursos disponíveis.

Esses dados permitem concluir que 1948 não foi apenas o ano da criação do Estado de Israel, mas o momento em que a estrutura do colonialismo de assentamento se materializou de forma plena. A lógica da eliminação não foi um resultado do conflito, foi sua bússola. A transferência populacional não foi um efeito colateral, foi um método. A apropriação de recursos não foi uma consequência, foi um objetivo. A articulação desses três pilares, planejada com antecedência e executada com precisão, demonstra que a Nakba não foi um evento, mas a fundação de uma estrutura que se perpetua nas décadas seguintes.

2. A reconfiguração do empreendimento colonial: 1967 e a ocupação.

Se em 1948 fundou o edifício colonial, a Guerra dos Seis Dias em 1967, demonstrou sua capacidade de se expandir e se institucionalizar sob novas condições geopolíticas. A ocupação da Cisjordânia, da Faixa de Gaza, de Jerusalém Oriental e das Colinas de Golã não representou uma ruptura com a lógica anterior, mas o aprofundamento de um mesmo modus operandi, agora dotado de instrumentos jurídicos e administrativos mais sofisticados. Os dados empíricos revelam que entre 1948 e 1967, a dinâmica colonial não havia sido interrompida: ela apenas se configurou, assumindo a forma de um regime militar interno sobre os palestinos que permaneceram em Israel e de uma invisibilidade forçada nos fóruns internacionais (KHALIDI, 2024, p. 132).

O primeiro pilar a se destacar nesse período é o das estruturas legais. A Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, aprovada em 22 de novembro de 1967, é o exemplo mais claro de como o direito internacional foi mobilizado para consolidar e não reverter as conquistas israelenses. Ao condicionar a retirada de territórios ocupados a tratados de paz e ao estabelecimento de "fronteiras seguras", a resolução vinculou a devolução das terras a negociações que os Estados árabes, fragilizados pela derrota, relutavam em iniciar (KHALIDI, 2024, p.145).

Mais grave ainda, a redação ambígua em inglês – "retirada *de* territórios ocupados" em vez de "retirada *dos* territórios ocupados" – abriu uma brecha linguística que Israel explorou para justificar a manutenção e a colonização das áreas conquistadas. A versão francesa sem ambiguidade, simplesmente, foi ignorada. Por isso, o pilar legal não é adereço: é a condição que permite que a expropriação ocorra sob uma aparência de legalidade.

O segundo pilar a se evidenciar é o da dimensão geopolítica internacional. O papel dos Estados Unidos foi decisivo não apenas para o resultado da guerra, mas para a consolidação de suas consequências. Em maio de 1967, o chefe do Mossad[4], Meir Amit, reuniu-se com o secretário de defesa Robert McNamara para obter o sinal verde para o ataque israelense. Durante as sessões do Conselho de Segurança, o embaixador estadunidense Arthur Goldberg usou táticas de retardamento para dar a Israel mais tempo para avançar sobre as Colinas de Golã, mesmo após a aprovação de resoluções de cessar-fogo (KHALIDI, 2024, p. 139).

[4] É a agência nacional de inteligência e espionagem de Israel.

ISSN: 2358-8829

Como sintetizou Rashid, o que se testemunhou foi “um novo eixo do Oriente Médio em ação – as pontas de lança blindadas no solo eram israelenses, enquanto a cobertura diplomática era americana” (KHALIDI, 2024, p. 139). Esse eixo perdura até hoje e é o que garante a impunidade necessária para a continuidade do projeto colonial sionista.

O terceiro pilar a se manifestar é o da apropriação e expropriação de recursos. A colonização dos territórios ocupados começou quase imediatamente. O Partido Trabalhista criou os primeiros assentamentos no Vale do Jordão, perto de Hebron, Belém e na área da Grande Jerusalém, seguindo uma lógica de segurança e controle territorial (PAPPE, 2025, p. 107). Logo surgiu uma segunda onda de colonização, liderada por grupos messiânicos como o Gush Emunim, que adotavam um “mapa bíblico” para escolher os locais de assentamento justamente nas áreas de mior concentração populacional palestina, buscando tornar a colonização judaica um fato consumado (PAPPE, 2025, p. 108).

Os dados são expressivos: a população de colonos na Cisjordânia saltou de cerca de 250 mil em 1993 para mais de 550 mil em 2014, incluindo Jerusalém Oriental. Os assentamentos são ilegais segundo a Quarta Convenção de Genebra que proíbe a transferência populacional civil de uma potência ocupante para o território ocupado (PAPPE, 2025, p. 108). Ainda assim, com a cobertura diplomática dos EUA, o empreendimento colonial seguiu construindo.

A ocupação de 1967 também foi acompanhada por uma reconfiguração da resistência palestina. A partir do final dos anos 1950 as mobilizações ganharam forma organizativa com a fundação do Fatah (1959) e da OLP[5] (1964). A Batalha de Karameh, em 1968, na qual combatentes palestinos e o exército jordaniano infligiram baixas significativas a Israel, tornou-se um marco simbólico desse ressurgimento. A partir de então, a resistência passou a operar em múltiplas frentes – armada, política e diplomática – ainda que sob cerco e repressão constantes.

Esses três pilares, estruturas legais, dimensão geopolítica e apropriação de recursos, articulam-se para demonstrar que 1967 não foi um ponto de ruptura, mas de intensificação. A lógica da eliminação, que em 1948 se expressou na expulsão massiva, agora se manifesta na fragmentação territorial, no controle de recursos hídricos e na

[5] A OLP (Organização para a Libertação da Palestina) é uma coalizão política e militar fundada em 28 de maio de 1964 com o objetivo de buscar a autodeterminação e a criação de um Estado nacional para o povo palestino.

criação de um sistema de permissões que transformou a vida cotidiana palestina em uma rotina de restrições. Nesse sentido, a ocupação não foi um acidente de percurso, mas a reconfiguração necessária para que o projeto colonial pudesse continuar operando diante de um cenário internacional que, ao menos no discurso, condenava a aquisição de território pela força.

3. O aprofundamento no século XXI: Oslo, Gaza e a gestão da vida

Se 1967 institucionalizou o empreendimento colonial, o século XXI demonstrou sua capacidade de se adaptar e se aprofundar por meio de novos dispositivos de controle. Os Acordos de Oslo (1993-1995) são o exemplo mais claro de como o pilar narrativo opera: apresentado pela comunidade internacional como um marco no "processo de paz", eles fragmentaram a Cisjordânia em áreas A, B e C, mantendo mais de 60% do território sob controle israelense completo e transformando a Autoridade Palestina[6] em um instrumento de administração da ocupação. A OLP, subordinada, foi encarregada de policiar sua própria população pensando na segurança de Israel. Como sintetizou Edward Said, Oslo foi "um instrumento de rendição palestina, uma Versalhes palestina" (apud KHALIDI, 2024, p. 270).

O pilar das estruturas legais encontrou em Oslo sua expressão mais acabada. O Acordo Provisório de 1995 fragmentou a Cisjordânia em áreas descontínuas, sob regimes jurídicos distintos e sem continuidade territorial. A Área C, que incluía todos os assentamentos judaicos, os recursos naturais, os aquíferos e as principais estradas, permaneceu sob controle israelense completo, direto e irrestrito. A fragmentação territorial não foi efeito colateral do acordo, foi seu objetivo central, pois inviabilizou qualquer possibilidade de soberania palestina unificada.

O pilar da apropriação de recursos também se aprofundou. Longe de parar a colonização, o período pós-Oslo testemunhou a mais rápida expansão dos assentamentos israelenses na história. A população de colonos na Cisjordânia saltou de cerca de 250 mil em 1993 para mais de 550 mil em 2014, incluindo Jerusalém Oriental. A retirada

[6] A Autoridade Palestina (AP) é uma entidade governamental criada em 1994, no contexto dos Acordos de Oslo, com caráter provisório e jurisdição limitada sobre partes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Na prática, suas competências permanecem subordinadas ao controle israelense sobre fronteiras, segurança e registro populacional.

unilateral de Gaza em 2005, saudada internacionalmente como um gesto de paz, foi na prática, uma reorganização do controle: Israel manteve o domínio absoluto sobre o espaço aéreo, as águas territoriais, as fronteiras e o registro populacional, enquanto concentrava seus esforços de colonização na Cisjordânia. Gaza tornou-se "uma prisão para conter os palestinos, que Israel poderia atacar de longe" (PAPPE, 2025, p. 147).

A resistência palestina que já se manifestava desde os anos 1920 e se organizara após 1967, assumiu novas formas no século XXI. A Segunda Intifada (2000-2005) foi respondida com força máxima e o Muro da Cisjordânia, anexou de fato cerca de 10% do território, fragmentando ainda mais as comunidades palestinas. Após a vitória do Hamas nas eleições de 2006[7] Israel e os Estados Unidos impuseram um boicote financeiro e isolaram Gaza. Em 2007, com o Hamas no controle de Gaza, Israel impôs um cerco completo, privando a população de itens essenciais[8] (PAPPE, 2025, p. 148). Em 2018, pelo menos 53% dos cerca de 2 milhões de habitantes viviam em estado de pobreza e o desemprego atingia 52% (KHALIDI, 2024, p. 298). O *sumud*[9] materializou-se na recusa diária de abandonar a terra, como na aldeia beduína de Araqib, reconstruída após sucessivas demolições (PAPPÉ, 2025, p. 144).

Essa condição de confinamento e privação permite ler o cerco a Gaza à luz do que Mbembe (2018) denominou necropolítica: o exercício do poder não se limita a matar, mas a gerir a vida sob condições que a tornam uma forma de morte em vida. A população é mantida viva, mas sob um controle que anula as possibilidades de existência plena.

A força desproporcional como método encontrou sua expressão mais explícita na Doutrina Dahiya, formulada pelo general Gadi Eizenkot e aplicada em Gaza em 2014. A doutrina preconizava "aplicar uma força desproporcional sobre o lugar e causar grandes danos e destruição", partindo do princípio de que "não são aldeias civis, são bases militares" (apud KHALIDI, 2024, p. 303). Entre 2008 e 2014, três grandes ofensivas contra Gaza resultaram na morte de 3.804 palestinos, dos quais quase mil eram menores, contra 87 israelenses, a maioria militares (KHALIDI, 2024, p. 298). Apenas em 2014, durante 51 dias, foram mais de 6 mil ataques aéreos e 21 mil toneladas de explosivos lançados (KHALIDI, 2024, p. 300). O resultado foi a destruição de mais de 16 mil

[7] Resultado que se deu pelo grande desejo de mudança nos Territórios Ocupados.
[8] Como o acesso a água e a eletricidade, criando condições para a gestão da vida e produção da morte que Mbembe explica através da necropolítica.
[9] O *sumud* significa firmeza, entendia como a "resistência da permanência".

prédios, incluindo bairros inteiros e danos a 277 escolas, dezessete hospitais e todas as universidades de Gaza (KHALIDI, 2024, p. 302).

Esses dados permitem concluir que o século XXI não representou uma ruptura com a lógica colonial, mas seu aprofundamento por meio de novos dispositivos. Oslo fragmentou o território e terceirizou a administração da ocupação. A Doutrina Dahiya explicitou o que sempre esteve implícito: a força desproporcional não é um excesso, mas um método de gestão da vida e da morte. A mobilização palestina, por sua vez, longe de ser uma reação episódica, atravessou todo o recorte, desde 1920 até ao *sumud* contemporâneo, adaptando-se às configurações do empreendimento colonial e demonstrando que a resistência é tão contínua quanto a própria lógica que a pretende eliminar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo nasceu de uma pergunta simples, mas persistente: por que o conflito Israel-Palestina, após mais de um século, continua a se reproduzir com a mesma violência fundacional? A resposta que a pesquisa buscou construir afastou-se das explicações centradas em eventos isolados e apostou na hipótese de que ali opera uma lógica colonial de longa duração, cujos mecanismos se reorganizam sem jamais serem desmantelados.

A aplicação do conceito de colonialismo de assentamento, em diálogo com Said, Khalidi e Pappe, permitiu deslocar o olhar dos eventos para as permanências. Os sete pilares analíticos não funcionaram como grade rígida, mas como recurso para tornar visíveis as conexões entre dimensões aparentemente separadas: a lei, a narrativa, a terra, a resistência. A partir deles, foi possível demonstrar que 1948, 1967 e o século XXI não são capítulos independentes, mas camadas de um mesmo processo: a Nakba inaugurou a operação; a ocupação de 1967 a dotou de instrumentos jurídicos e administrativos que a tornaram rotineira; e o século XXI, com Oslo, o cerco a Gaza e a Doutrina Dahiya, demonstrou que essa operação não apenas sobrevive, mas se aperfeiçoa diante de cada nova conjuntura.

Se há um elemento que atravessa todo o recorte e impede que se fale em acidente ou excesso, é a produção simbólica que acompanha a violência material. As narrativas que descrevem a Palestina como terra vazia, que reivindicam direitos a partir de textos

religiosos e que associam os palestinos ao atraso não são revestimento retórico: são a condição para que a expropriação ocorra sem que o mundo a reconheça como tal. A resistência palestina, por sua vez, desmente qualquer leitura que apresenta o conflito como disputa entre iguais, o que se vê é uma população nativa que, com recursos desproporcionalmente menores, recusou-se a desaparecer.

Reconhecem-se, por fim, os limites desta análise: o recorte de longa duração privilegiou as continuidades em detrimento das especificidades de cada período. Ainda assim, o estudo espera ter contribuído para compreender o conflito Israel-Palestina como expressão de uma operação colonial que, desde o início do século XX, trabalha para substituir uma população por outra. Ao deslocar o foco dos eventos para as permanências, o estudo contribui para uma historiografia atenta aos processos coloniais que atravessam o tempo presente e aponta para a necessidade de novas pesquisas sobre a temática. Se algo resta desta análise, é a convicção de que a liberdade de um povo só é plena quando nenhum outro é submetido à eliminação.

Palavras-chave: colonialismo de assentamento; conflito Israel-Palestina; historiografia; estruturas coloniais.

REFERÊNCIAS

KHALIDI, Rashid. **Palestina: um século de guerra e resistência (1917-2017)**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PAPPE, Ilan. **Brevíssima história do conflito Israel-Palestina**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2025.

SAID, Edward. **A questão da Palestina**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of the native. **Journal of Genocide Research**, v.8, n.4, p. 387 - 409, 2006.